

Previdência fora da agenda

Presidente do Congresso acredita que outras emendas têm prioridade

por Letícia Borges
de Brasília

A reforma da Previdência deve continuar fora da agenda do Congresso no segundo semestre. A opinião é do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que desde o início defendeu que a proposta não fosse sequer encaminhada pelo governo. "Do ponto de vista público, ela não tem urgência, a prioridade deve ser para as reformas econômicas e políticas", disse ele ontem, ao fazer um balanço do último semestre no Legislativo.

Sarney acredita que a reforma previdenciária tem que ser ainda mais amadurecida, por se tratar de um assunto que mexe com toda a população. "Quem não está, vai entrar (no sistema previdenciário) e quem saiu, continua". Lembrando que quase todas as emendas enviadas pelo governo já foram votadas, ao menos em pri-



José Sarney

meiro turno, Sarney se disse otimista quanto aos bons resultados do Plano Real. A partir das reformas, afirmou, abre-se condições para a volta dos investimentos e, com a credibilidade externa e interna do governo, é possível retomar o crescimento.

Ao insistir na tese de que "o Congresso passou a ser o instrumento da governabilidade política do País", Sar-

ney disse que "acabou a fase da política como instrumento predatório". Segundo esse raciocínio, a estabilidade foi alcançada por uma ação da maioria e de minoria e tende a ser permanente. A ressalva fica por conta de "algumas instituições que remontam ao século 19", como o voto proporcional.

Sarney disse ainda que o uso excessivo das Medidas Provisórias é um problema que permanece, apesar das tentativas, tanto de parlamentares, como do governo, de resolvê-lo.

Especificamente sobre a MP da desindexação, Sarney disse que o Congresso deve melhorá-la. "Não conheço

medida que não saia melhor daqui". Sarney rebateu com ironia a crítica do deputado José Genoíno (PT-SP), para quem o Legislativo e Executivo são conivente no uso das MP: "Não votei a Constituição de 1988 — as MP estavam lá — e disse que ela tornaria o País ingovernável".